

1 **MINUTA**

2 **Ata da 61ª (Sexagésima Primeira) Reunião Extraordinária do**
3 **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.**

4
5 Aos dias 20 do mês de dezembro de 2021 as 9:00h através da plataforma Microsoft Teams,
6 aconteceu a 61ª Reunião Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba. Deu início a reunião o Presidente
7 Ednard Barbosa de Almeida, que agradeceu a presença de todos. Estiveram presentes nesta reunião
8 os seguintes conselheiros: Ubaldina Maria da Costa Isaac - IBAMA, Lauro Batista Tuler – IEF, Maria
9 de Lourdes Amaral Nascimento - IGAM, Fúlvio Rodriguez Simão - EPAMIG, Carolina Lobello
10 Lorensini - SEAPA, Rosa Maria Cruz Laender Costa - FEAM, Ednard Barbosa de Almeida - Prefeitura
11 Municipal de Betim, Leonardo Gomes Lara - Prefeitura Municipal de Betim, Weber Coutinho -
12 Prefeitura Municipal de Ibité, Vanildo de Paula de Souza Hichon - Prefeitura Municipal de São
13 Joaquim de Bicas, Rafaela Lages Lima - Prefeitura Municipal de Caetanópolis, Natália de
14 Vasconcelos Soares Aleixo - Prefeitura Municipal de Jeceaba, Marina Amaral - Prefeitura Municipal
15 de Rio Manso, Alessandro Palhares - COPASA, Gabriel Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo &
16 Almeida Ltda., Deivid Lucas de Oliveira - FIEMG, Gésica Carolina Teixeira da Silva - CEDRO
17 TEXTIL, Eriverton Martins do Carmo - Tear Têxtil Ind. e Com. Ltda, Guilherme da Silva Oliveira -
18 FAEMG, Marcelo Alexandre Rodrigues de Matos - SINDIEXTRA, Vanessa Cardoso Buzzi - Vale S.A.,
19 Alison Frederico Medeiros Ferreira - Gerdau Açominas, Simone Alvarenga Borja Bottrel - ARCA
20 AMASERRA, Gabriel Faria Nogueira – CREA-MG, Sérgio Gustavo Resende Leal - FONASC, Ronald
21 Fleischer - ONG Abrace a Serra da Moeda, Winston Caetano de Souza - Veredas e Cerrados e
22 Heleno Maia Santos Marques do Nascimento – IHMBio. O conselheiro João Eustáquio Beraldo
23 Teixeira - Petrobrás, justificou sua ausência em virtude de estar participando de outra reunião neste
24 mesmo dia e horário. Após a verificação de quórum, que foi de 21 conselheiros no momento da
25 instalação da reunião. O primeiro item de pauta, a Explicação Sobre a Nulidade da 59ª Reunião
26 Ordinaria em 20 de outubro de 2021. A reunião de numero 59 foi declarada nula, por esta
27 presidência, pois no momento de iniciar a reunião, haviam apenas 16 conselheiros, e o regimento
28 interno do comitê preconiza 19 conselheiros votantes, sendo assim, todos os atos desta reunião são
29 nulos. Em seguida, o presidente, Ednard Barbosa, colocou em discussão as atas da 24ª reunião, que
30 já havia sido apreciada e aprovada na 59ª reunião, mas que teve sua aprovação anulada junto com a
31 reunião, e a ata da 27ª reunião. Não havendo manifestações, o presidente colocou em votação a
32 aprovação das atas, tendo sido ambas aprovadas; a ata da 24ª reunião por maioria de votos, apenas
33 a conselheira Natália de Vasconcelos Soares Aleixo - Prefeitura Municipal de Jeceaba, manifestou
34 abstenção via chat, justificando não ter participado da referida reunião; e a da 27ª reunião foi
35 aprovada unanimidade. O presidente, prosseguindo com a reunião, apresentou o próximo item de
36 pauta, apresentação, discussão e aprovação da criação de uma Comissão de análise referente aos
37 procedimentos adotados para a validação das atividades desenvolvidas no CBH Paraopeba pela
38 Entidade Pé de Urucum; passando a palavra ao secretário do comitê, Heleno Maia, que,
39 primeiramente, reiterou que se tratava de uma declaração, emitida pelo CBH Paraopeba à entidade
40 Pé de Urucum, referente a serviços prestados, destacando que o assunto levantando em uma
41 reunião do comitê, na qual nenhum dos conselheiros afirmou à época, que tivesse conhecimento
42 desta instituição, nenhum dos conselheiros afirmou ter conhecimento dos serviços prestados por ela.
43 Em seguida, argumentou que, de acordo com o art. 28 do regimento interno, onde está escrito as
44 competências da presidência: **“XI - constituir grupos de trabalho observada a participação**
45 **proporcional dos segmentos...”**, mas que ainda assim é válida a constituição desta comissão para
46 que seja esclarecido se a instituição prestou ou não prestou os serviços. Ante ao exposto, antes
47 mesmo de prosseguir com a leitura de manifestações dos conselheiros, via chat, o presidente
48 confirmou a composição da comissão, conforme foi criada na 59ª reunião, sendo essa composição:
49 Representando o Poder Público Estadual, Rosa Maria Cruz Laender Costa - FEAM, representando o
50 Poder Público Municipal, Vanildo de Paula de Souza Hichon - Prefeitura Municipal de São Joaquim
51 de Bicas, representando o segmento dos Usuários, Gabriel Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo &
52 Almeida Ltda., e representando a Sociedade Civil, Gabriel Faria Nogueira – CREA-MG. Por ordem, a

53 conselheira Rosa Laender, pediu a palavra, alegando estar havendo um equívoco, justificando que a
54 comissão havia sido criada para estabelecer procedimentos para fossem atestados serviços
55 prestados ao comitê, não esse em específico, esclarecendo que este assunto já está esgotado. A
56 comissão criaria procedimento para serem seguidos. O secretário do comitê, interviu na
57 argumentação da conselheira, afirmando que a intenção era que a comissão avaliasse este assunto
58 e também criasse procedimentos para emissão de atestados posteriores. O conselheiro Winston
59 Caetano pediu a palavra, mas antes de lhe passar a palavra, o presidente confirmou a composição
60 da comissão criada na reunião da 59ª reunião. O conselheiro Winston, de posse da palavra, afirmou
61 que a afirmação da conselheira Rosa Maria, está de acordo com o que foi dito pelo vice-presidente
62 do comitê, João Beraldo, que presidiu a reunião anulada, na reunião anterior. Destacando estar
63 registado isso na fala do vice-presidente, que seria para auxílio do comitê em emissões futuras.
64 Afirmou não haver problema na criação da comissão, destacando seu desejo que a situação se
65 resolva. O conselheiro anuiu que o atestado não foi ao comite, mas foi em auxílio à presidência. O
66 secretário do comitê pediu a palavra, e argumentou dizendo não se tratar do fato de a presidência ter
67 ou não de prestar conta de todos os seus atos em reunião, mas o que de fato tem de ser feito é que
68 os atestados devem conter fatos que são verdade, quando um documento é feito com papel timbrado
69 com o logo do comitê, este documento se torna um documento oficial do comitê. O coselheiro Sérgio
70 Leal, pediu a palavra, questionou “quais fatos não são verdadeiros”, que concorda com o secretário
71 quando afirma que quando um documento é emitido com o papel timbrado do comite, que é um
72 documento do comite, mas que não houve fatos que não fossem verdade no contexto da criação
73 deste documento. Em resposta ao conselheiro Sérgio Leal, o secretário do comitê, Heleno Maia,
74 argumento que o conselheiro se equivocou, que ele não afirmou que no atestado não constam
75 verdades, mas que em um documento como esse devem constar verdades, que todos os fatos
76 demonstrados em um documento, como esse, devem ser verdadeiros, mas que não afirmou que são
77 falsos. Que a comissão está sendo criada para averiguar se houve esses serviços prestados ou se
78 não houve. Destacando que na reunião, quando questionou se algum conselheiro que tivesse
79 conhecimento a respeito do assunto, nenhum conselheiros se manifestou. Em seguida reiterou que
80 os fatos de um atestado, assinado por um presidente de um comitê de bacias, devem ser verídicos,
81 devem ser verdadeiros, destacando não ter afirmado que os fatos são falsos, que pediu a criação da
82 comissão para que se fossem apurados os fatos, se houve a prestação dos serviços técnicos ao
83 comite, o que o secretário, Heleno Maia, afirmou desconhecer, pois já está no comitê há muito
84 tempo, se declarando um conselheiros muito atuante, o que todos tem conhecimento. O conselheiro
85 Winston Caetano pediu por “questão de ordem”, inidicando sua fala dizendo que essa comissão, que
86 foi já foi criada pelo secretário Heleno Maia, para atestar os fatos. Neste momento houve duas
87 intervenções simultaneamente, a do secretário do comitê, Heleno Maia, que afirmou: **“corrigindo, a**
88 **comissão é criada pelo presidente, não por mim.”** e a do presidente, Ednard Barbosa, que
89 afirmou: **“...não está criada, está em discussão. Só para deixar claro! A reunião que a criou está**
90 **nula.”** Antes de prosseguir, o conselheiro protestou pela intervenção do secretário, solicitando ao
91 presidente que, mesmo o conselheiro Heleno Maia, sendo secretário do comitê, que não interferisse
92 em **“todas as conversas”** para que se mantivesse o procedimento; presseguindo sua fala, dizendo
93 que, então se criado essa comissão, que se disvirtuou, que agora a comissão é para apurar este
94 atestado, da presidência em apoio a instituição Pé de Urucum, que seja dado amplo direito de defesa
95 ao presidente **à época**, que no caso era o próprio conselheiro, para que ele possa apresentar todos
96 os envolvimento, inclusive sobre o grupo, que foi criado à época, com o apoio do senhor Rogério, da
97 instituição Pé de Urucum, inclusive com as tratativas relacionadas ao próprio IGAM, a anulação do
98 trabalho que foi feito, depois passando para o conselho estadual de recursos hídricos, pois não se
99 havia embasamento para se anular a criação daquele GT; reforçando o pedido para que seja dado
100 amplo direito de defesa e que nas próximas reuniões seja aberto espaço para a apresentação dessa
101 defesa e o plenário decida o que deve ser feito. O presidente do comitê, Ednard Barbosa, então
102 declarou dizendo: **“no que depender de mim, será dado todo o direito de defesa, tudo o que**
103 **você puder exercer para apresentar os seus fatos.”** Em seguida o presidente recaptou o que
104 havia dito, quando a primeira vez que o assunto foi colocado em pauta, o presidente Ednard,
105 ponderou que é preciso respeitar os procedimentos para assegurar a segurança jurídica do

106 conselheiro Winston. Destacando que, em seu entendimento, não é legal e até, de certa forma,
107 constrangedor, a criação da comissão, mas que isenta o conselheiro; afirmando diretamente ao
108 conselheiro: **“...você entrega a documentação toda e encerra o assunto. Isso te dá uma**
109 **segurança e não ficará pairando nenhuma dúvida.”** Destacando em seguida, ser sua opinião e
110 que gostaria que, se fosse em relação a um documento emitido por ele, Ednard, que fosse tratado
111 dessa forma; assegurando ao conselheiro o amplo direito a defesa, que este está solicitando. O
112 conselheiro Sérgio Leal pediu a palavra, colodando para a plenária que, na reunião citada pelo
113 secretário Heleno Maia, que estava presente e que falou que o Rogério participou, inclusive de
114 reunião plenária, que fizeram a minuta do GT, que depois virou câmara técnica de planejamento do
115 comitê, que fizeram o processo de defesa quando tentaram anular esse GT, destacando que houve o
116 trabalho, o Fernando, ex-conselheiro representante da ARSAE, também se manifestou; argumentou
117 que o conselheiro Winston Caetano não tinha apoio à época que ele era presidente, que tinha de
118 fazer ata, que tinha de se fazer pauta, tudo isso e que tem um monte de e-mail que comprovam isso,
119 destacando que acha tudo isso **“muito chato”**, que acha horrível uma reunião somente com esse
120 assunto como pauta, que o comitê deve olhar para frente, que se o secretário, Heleno Maia, levantou
121 esse assunto, não foi em plenária, pois em plenária, o conselheiro Sergio Leal destacou, que
122 participou, e que isso tudo é apenas um mal entendido, que o comitê deve superar isso e seguir
123 adiante, pois o assunto é **“muito chato”**, que trás muito desgaste e que tem muito assunto
124 importante para o comitê. Concluiu sua fala pedindo aos conselheiros deste comitê, uma vez que a
125 questão está sendo colocada em votação, que o comite discuta o que realmente é importante para o
126 Paraopeba, esse assunto não é prioridade, e que vai ser exposto um monte de coisas que não
127 precisam, que é mais importante seguir em frente com o que é importante para o Paraopeba. O
128 secretário, Heleno Maia, pediu a palavra. O secretário iniciou a fala destacando que o conselheiro
129 Sérgio Leal, à época, não era conselheiro, o conselheiro que representava a entidade, que hoje é
130 representada pelo conselheiro Sérgio Leal, era o conselheiro Cléverson Vidgal. Houve uma reunião,
131 que incluiu a participação da Peixe Vivo e que, o secretário afirma, “não houve participação deste
132 cidadão”, se referindo ao senhor Rogério, reforçando que quem estava presente, representando a
133 entidade à época era o Cléverson. Deixou claro ainda que esse fato é importante para o comitê, pois
134 se usou o nome do comitê para emitir uma declaração. Declarou seu preciso esclarecer isso. E
135 anuiu: **“...se vai expor coisas, como disse o senhor conselheiro, que não convem expor, eu**
136 **acho que convém expor. Se tem alguma coisa errada, que envolve o comitê, que seja exposto.**
137 **Eu acho que tem de ser exposto sim, os conselheiros devem saber o que está acontecendo de**
138 **fato. Se houve algo de errado, se houve alguma atuação de algum conselheiro em que não**
139 **houve conformidade com aquilo que prevê o regimento interno, que seja exposto então...”**
140 encerrando suas fala reafirmando ter certeza de que à época, o conselheiro ainda não era
141 conselheiro. O conselheiro Winston Caetano pediu a palavra, declarando que para ele estava tudo
142 certo, endossando as palavras ditas anteriormente pelo conselheiro Sérgio. Declarando que
143 indiferentemente de se validar essa comissão ou de se criar outra comissão, que para ele não
144 haveria problema. Destacando que o seu interesse é na solução do problema, argumentando que
145 pediu permissão em seu trabalho para participar da reunião, destacou o atraso para o início da
146 reunião, mas que compreende a situação, diante do fato de ter sido presidente do comitê, por dois
147 anos, e vice-presidente por vários anos, afirmando que o seu desejo é que as coisas fluam, que o
148 comitê não fique parado, argumentando que muitas coisas estão acontecendo dentro da nossa bacia,
149 principalmente em relação ao rompimento de da barragem em Brumadinho, que o conselheiro tem
150 participado no baixo Paraopeba, das tratativas, e a plenária reunida discutindo um atestado que, um
151 presidente emitiu referente a uma ajuda a ele, em um momento de dificuldade do comitê. Em seguida
152 o conselheiro Sérgio Leal pediu a palavra, alegando que, por ter sido mencionado, que queria o
153 direito de resposta. Neste momento, o presidente declarou que, a partir da fala do conselheiro Sérgio
154 Leal, que ele não daria mais direito de resposta, em respeito aos conselheiros que estavam se
155 inscrevendo para falar em seguida. Antes do conselheiro exercer o seu direito de resposta, o
156 conselheiro Fúlvio Simão solicitou expor uma sugestão. Argumentando que, da forma como estava
157 na convocação, a proposta da comissão não está definida para um tema específico. A sugestão é
158 que, caso seja criada a comissão, também, sejam criadas regras para atestados emitidos pelo

159 comitê, haja visto concordar com a colocação do conselheiro Sergio, quando este disse que é um
160 assunto muito **“chato”** para ficar se tratando da forma como estava sendo tratado. O conselheiro
161 Sergio, de posse da palavra, primeiro elogiou o que o conselheiro Fúlvio propôs, declarando que ser
162 melhor a referida comissão tratar o futuro e não ter como objetivo avaliar o passado. Em resposta ao
163 que foi dito pelo secretário, Heleno Maia, o conselheiro disse: **“se vamos expor, então vamos
164 expor. O primeiro ponto: essa comissão que o Heleno colocou, que foi criada e eu não era
165 membro, realmente não era membro do comitê. Ela foi criada assim que rompeu a barragem,
166 dois... três meses depois, ou um mês depois do rompimento da barragem. Essa comissão
167 nunca reuniu. Se reuniu foi uma vez só. E aí ela venceu o prazo. Foi quando eu entrei no
168 comitê, foi quando a gente fez um grupo de trabalho para discutir, não somente isso, mas
169 também o próprio plano, e foi isso o que eu falei, Heleno, que teve a minha participação, que
170 teve a participação do Rogério. A gente participou por que essa comissão não teve efeito,
171 eram só membros da sociedade civil, se não me engano, somente o representante do Inhotim,
172 e outros membros da sociedade civil. Não era paritária a comissão, enfim... se tivesse alguma
173 decisão e essa decisão provavelmente não agradasse algum segmento, seria facilmente
174 anulado dentro do próprio comitê. Então a gente tentou fazer uma comissão, que o senhor,
175 entrou depois com um processo junto ao IGAM, para não validar a eleição, por que ela foi por
176 e-mail. Sendo que teve uma eleição que foi por e-mail, também. O IGAM fala que não pode por
177 e-mail, mas o próprio IGAM orienta ser por e-mail anterior. Nós fizemos a defesa. Então é isso
178 que eu to falando. Ele participou do processo a partir de janeiro de 2021, se eu não me
179 engano, a partir de janeiro de 2020, até a criação da câmara técnica de planos, depois
180 realmente ele não participou, mas o ofício não é dessa época. É de 2020 ou antes de 2020, não
181 sei bem a época. Mas foi em 2020 que apoiamos o Winston Caetano, na gestão dele, com tudo.
182 Com ata, pauta, com tudo; por que ele não tinha apoio. E é isso.”** O conselheiro encerrou sua
183 fala argumentando que gostou muito da proposta do Fulvio, argumentando que se deve discutir o
184 passado, é uma perda de tempo, mas se a questão for discutir os procedimentos para fazer
185 atestados, que acha correto. A conselheira Simone Bottrel pediu a palavra, demonstrando
186 preocupação dizendo: **“...águas passadas não movem moinho, mas tem algumas águas que
187 ainda movem...”** a conselheira afirmou que todo ato feito por qualquer conselheiro, se são atos
188 relevantes, que vão interferir em alguma coisa, devem ser expostos, devem ser discutidos, deve
189 haver regras para trabalhar isso. Declarou que, em sua opinião, a criação dessa comissão é
190 importante, muito em função de discutir como proceder nesse tipo de caso. O que deve ser aberto ao
191 conselho, por que são atos comuns, uma assinatura que pode não ter uma relevância, para o
192 conselho, mas até onde isso é possível. A conselheira destacou que sem regras fica complicado. Os
193 conselheiros estão no comitê para ajudar ao conselho, e que se faz necessário transparência em
194 tudo que for feito, desde a diretoria até os próprios conselheiros. A conselheira afirmou achar válido a
195 transparência e voltando-se diretamente ao conselheiro Winston Caetano, disse: **“eu acho que não
196 há nada de errado, se está tudo certo, se tem como fazer a coisa funcionar, expoem! Solta
197 isso, por quê, senão isso vai ficar voltando eternamente... abre, vamos abrir, vamos ver o que
198 aconteceu, para que não aconteça mais... se aconteceu alguma coisa.”** O conselheiro Gabriel
199 Reis pediu a palavra, arguindo que voltava a falar, que é a favor de que se siga para frente, que se
200 tem discutido muito o passado, que o comitê deve avançar, se for para se criar, que se crie a
201 comissão, clamando que não se perca mais tempo com esse tipo de coisa, argumentando que este
202 assunto está sendo tratado pela terceira ou quarta reunião, declarou ser testemunha que o
203 conselheiro Winston Caetano, ficou à época, destacando que não o conhecia, antes da eleição,
204 declarando que observava o quanto o conselheiro, então presidente, estava muito isolado, que
205 observou que houve vários movimentos tentando ajudá-lo, mas que realmente ele ficou isolado no
206 comitê. Então argumentou crer que era o momento de o comitê seguir em frente, que se tiver de
207 fazer uma comissão, que seja para seguir em frente, destacando haver muita coisa para ser feita e
208 que esse comitê pode ser produtivo, em função do Paraopeba, e que crê ser esse o objetivo da
209 maioria dos conselheiros, demonstrando sua indignação com o fato de ter muita coisa impedindo o
210 avanço do comitê e suas tratativas. Essas coisas prejudicam o trabalho de todos os conselheiros, do
211 presidente, da diretoria. Encerrando sua fala, pedindo a todos os conselheiros que, independente do

212 que for decidido, que todos “olhem para frente”. O presidente, Ednard Barbosa, após a leitura das
213 manifestações da conselheira Vanessa Buzzi e do conselheiro Ronald Fleischer, via chat, que
214 estavam pontuando não estar clara a discussão e o tema. Então o presidente esclareceu então que o
215 que está sendo discutido é se haverá a criação da comissão e quais serão as atribuições desta
216 comissão, ou seja, apurar o que foi emitido e criar procedimento a ser adotado nas próximas
217 emissões. O conselheiro Heleno Maia, pediu a palavra por questão de ordem, solicitando que o
218 auxiliar administrativo, projetasse na tela a certidão. Então o presidente afirmou que tratar o
219 documento seria atribuição da comissão, que esta trabalharia a questão, ou seja, se a comissão for
220 criada, ela vai averiguar os fatos e emitir um relatório para que a decisão sobre o tema seja tomada
221 pela plenária, com as devidas ponderações do conselheiro Winston Caetano, que reconhece ter
222 emitido do documento, e declarou que teve respaldo para emitir em função do apoio a ele, como
223 presidente, sendo que ele [*o conselheiro Winston Caetano*], assinou como entidade. O secretário do
224 comitê, então, alegou que a intenção era demonstrar o que o presidente havia colocado em sua fala,
225 e que uma coisa era a pessoa física e outra coisa é entidade. Que era isso que ele queria deixar bem
226 claro a todos os conselheiros. Que com a criação da comissão, que esta iria elucidar ainda mais os
227 fatos referentes a este assunto de uma forma mais sucinta. Após a fala do secretário, o presidente,
228 Ednard Barbosa, solicitou ao auxiliar administrativo, que projetasse a planilha de chamada, com os
229 presentes, para ser feita a votação, esclarecendo aos conselheiros que o que está em votação e o
230 que foi discutido foi se irá ser criada uma comissão com o propósito de apurar a emissão do atestado
231 para a instituição Pé de Urucum, serviços prestados por esta ao comitê, e criar procedimentos para
232 futuras emissões de documentos. A conselheira Rosa Maria Laender, questionou especificamente o
233 que está sendo votado. O presidente então esclareceu a dúvida dizendo que a comissão iria apurar a
234 certidão emitida para a entidade Pé de Urucum e criar procedimentos para futuras emissões de
235 documentos. O conselheiro Sérgio Leal pediu a palavra e sugeriu que fossem feitas duas votações,
236 argumentando ser a favor da criação da comissão para se instituir regras para futuras emissões, mas
237 que é contra a comissão apurar fatos passados. O presidente então esclareceu que a votação seria
238 feita da seguinte forma: o conselheiro diria se é a favor da criação da comissão para apurar e criar
239 procedimentos, a favor da comissão ser criada para criar procedimentos ou contra a criação da
240 comissão. O secretário do comitê, Heleno Maia, solicitou a palavra, afirmando não ser este o pedido
241 que foi feito. O presidente argumentou com o conselheiro que o tema ainda estava em discussão. O
242 secretário então rebateu afirmando que o pedido do conselheiro deve ser respeitado, tendo sido o
243 pedido feito para que se apurasse a certidão, que se for incluída a atribuição desta comissão em criar
244 regra para novas emissões, que não tem problema, mas que o ato que este, que apuração é o
245 pedido do conselheiro, apuração do documento. Diante disso o conselheiro Sergio Leal pediu a
246 palavra e afirmou que, da mesma forma como o pedido do conselheiro Heleno Maia deveria ser
247 respeitado, que ele estava formalizando o seu pedido, e que este também deveria ser respeitado. O
248 conselheiro Winston Caetano, pediu a palavra, argumentando que, como essa comissão seria para
249 apurar suas ações à época na presidência, que assim como o conselheiro Sérgio Leal, que se tem
250 uma votação para para criar uma comissão para julgar o ato e uma que crie o procedimento, que se
251 consulte o IGAM para que juridicamente esclareça o que pode ser atribuído à presidência, de uma
252 diretoria, mesmo isso já estando explícito no regimento interno. A conselheira Maria de Lourdes pediu
253 a palavra, primeiro discordando dos conselheiros Sergio Leal e Winston Caetano, devido ao assunto
254 estar sendo debatido desde o início da reunião. Afirmou concordar com todos que manifestaram que
255 o comitê deve caminhar “para frente”, discutir as ações do plano, discutir o enquadramento, relatando
256 notar que está havendo “pouquíssimas” pessoas participando das reuniões do enquadramento,
257 argumentando que o enquadramento está quase sendo penalizado na bacia, o assunto não é
258 debatido pelo comitê. Se posicionou pela criação de uma comissão só, uma comissão para apurar,
259 pois havendo todas as comprovações, a comissão irá apurar os trabalhos que foram feitos e essa
260 comissão atribui normas e regras para que sejam feitas declarações e atestados futuramente.
261 destacou que não faz sentido se criar duas comissões, que isso é incoerente, que não há
262 disponibilidade de conselheiros para se fazer duas comissões. Reafirmou que, quando o conselheiro
263 Sérgio falou acerca de essa situação estar chata e de se caminhar para frente, que ela concorda com
264 o que foi dito pelo conselheiro; que não está vendo no comitê as discussões sobre a implementação

265 plano e trabalhar o enquadramento que é importante o trabalho nos instrumento. Sugeriu que se
266 deve criar apenas uma comissão e repensar no trabalho a ser feito, reforçando a CTPLAN e a
267 implementação da cobrança. O conselheiro Sérgio, de posse da palavra, afirmou concordar com o
268 que foi dito pela conselheira Maria de Lourdes, mas que em sua opinião nem se criava comissão,
269 essa discussão ser apenas um desgaste, demonstrou achar injusto ter se criar uma comissão para
270 comprovar o ex-presidente provar honestidade, destacou que, embora a questão não seja
271 endereçada diretamente a ele, que ele tem se portado em defesa da questão por achar que essa
272 situação é desrespeitosa com os envolvidos, com a história do comitê, com o ex-presidente do
273 comitê, destacando que o presidente tem autonomia para tomar decisões pelo comitê, que o comitê
274 está discutindo esse assunto, mas não está discutindo o enquadramento, não está discutindo outras
275 coisas que são realmente importantes. Apontou em sua argumentação que a reunião só tem esse
276 ponto de pauta, que a reunião passada foi o mesmo ponto de pauta; encerrando sua falar em
277 seguida afirmando que acredita que o comite do Paraopeba precisa avançar. O secretário do comitê,
278 Heleno Maia, pediu a palavra, alegando que em nenhum momento afirmou que alguém estava sendo
279 desonesto, argumetou que o que a sua afirmação foi de que foi emitido um atestado, de um serviço
280 técnico prestado ao comitê, que o secretário não tinha conhecimento e que desejava ter o
281 esclarecimento dos fatos. O secretário declarou que à época levantou a questão em plenária, que
282 vários conselheiros, que salvo engano foi unanimidade, afirmaram não ter conhecimento desse
283 senhor, tampouco o que ele fez pelo comitê. Reafirmou não estar chamando ninguém de desonesto,
284 que fazer essa colocação, a de que está sendo imputando a alguém desonestidade é errado,
285 argumentou também que na reunião anterior o assunto não foi pautado, que o que foi discutido foi a
286 questão da reuniao, 59ª reunião ordinária, que foi levantada a questão de que estava nula;
287 pontuando que se está tudo correto, qual o motivo de se posicionar contra a apuração? Se está tudo
288 correto, apresentem as provas e esclareção tudo e mostrem o que foi feito aos membros do comitê.
289 Afirmando apenas que não se lembra de nada acerca da instituição ou do seu representante e que só
290 tomou conhecimento destes, quando da eleição no Comitê da Bacia São Francisco. E destacou: “só
291 para deixar bem claro, não estou chamando ninguém de desonesto aqui. E ninguém ouviu isso da
292 minha boca.” O conselheiro Guilherme Oliveira pediu a palavra, afirmando que já havia falado na
293 reunião anterior e que concorda com o que dito pela conselheira Maria de Lourdes, que todo
294 consleheiro tem o direito de ter dúvida, se tem a dúvida e todos estão falando que está tudo certo,
295 qual o problema em se apurar a questão? Declarou acreditar que está havendo um desgaste por uma
296 coisa que se declara que está tudo certo. Se está tudo certo vai ser fácil resolver, a comissão vai
297 durar pouco, já tem o que foi proposto pelo Sérgio, de se criar um procedimento pra isso, então se há
298 uma duvida, que se tenha o esclarecimento sobre a questão da qual se tem dúvida, e se está tudo
299 certo é só mostrar a encerrar o assunto. O conselheiro declarou que a plenária está numa discussão
300 que não terá fim, haja visto que as discussões estão sendo de opinião, acreditando que o que se
301 deve fazer é apresentar as devidas documentações para se provar se está tudo certou ou não e
302 encerrar o assunto, que os debates estão sendo cada um defendendo o seu lado e não se define
303 nada, se perdendo muito tempo. Opiniou que o certo é se apresentar essa documentação esclarecer
304 os fatos para encerrar o assunto. O presidente então, colocou em votação a criação da comissão,
305 colocando que o fluxo de votação seria, primeiro votando a comissão com a finalidade de apurar e de
306 criar procedimento. Caso esta não fosse aprovada, seria votada a criação de comissão para apenas
307 criar procedimento. A comissão foi criado com dezenove votos favoráveis, havendo uma abstenção,
308 a do conselheiro Weber Coutinho, Prefeitura Municipal de Ibitité, e cinco votos contrários, sendo
309 estes votos dos conselheiros: Lauro Batista Tuler, IEF, Vanildo de Paula de Souza Hichon, Prefeitura
310 Municipal de São Joaquim de Bicas, Sérgio Gustavo Resende Leal, FONASC, Ronald Fleischer,
311 ONG Abrace a Serra da Moeda, Winston Caetano de Souza, Associação Ambiental Veredas e
312 Cerrados. Sendo aprovada a criação da comissão com as duas finalidades, apurar a emissão do
313 atestado a entidade Pé de Urucum e criar procedimentos para emissão de futuros documentos
314 pela diretoria. Aprovada a criação da comissão, o presidente indicou a composição da comissão,
315 informando que na reunião, outrora anulada, a composição era: representando o Poder Público
316 Estadual foi indicada a conselheira Rosa Maria Cruz Laender Costa - FEAM, representando o Poder
317 Público Municipal foi indicado o conselheiro Vanildo de Paula de Souza Hichon - Prefeitura Municipal

318 de São Joaquim de Bicas, representando o segmento dos Usuários foi indicado o conselheiro Gabriel
319 Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda., e representando a Sociedade Civil o
320 conselheiro Gabriel Faria Nogueira – CREA-MG, declarando que pelo chat, o conselheiro Vanildo de
321 Paula de Souza Hichon - Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas, declarou não ter interesse
322 em participar da referida comissão. Aproveitou para questionar aos demais se algum não tinha
323 interesse em participar e solicitou ao segmento do poder público municipal, uma manifestação de
324 substituto para a vaga deixada pelo conselheiro Vanildo. Diante de não haver manifestações dos
325 demais conselheiros indicados na reunião anulada, o presidente solicitou ao auxiliar administrativo
326 que projetasse a lista de presença, argumentou que o município de Betim não participaria da
327 comissão, haja visto estar na presidência do CBH, solicitou voluntário de outro município, havendo
328 apenas a candidatura da conselheira Rafaela Lages Lima, Prefeitura Municipal de Caetanópolis;
329 ficando a comissão formada da seguinte forma: representando o Poder Público Estadual a
330 conselheira Rosa Maria Cruz Laender Costa - FEAM, representando o Poder Público Municipal a
331 conselheira Rafaela Lages Lima, Prefeitura Municipal de Caetanópolis, representando o segmento
332 dos Usuários o conselheiro Gabriel Maciel dos Reis, Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda., e
333 representando a Sociedade Civil o conselheiro Gabriel Faria Nogueira – CREA-MG. Para aprovar a
334 composição, o presidente colocou em votação, solicitando que os contrários a esta composição se
335 manifestassem. Não havendo manifestações a composição da comissão foi aprovada por
336 unanimidade. O presidente então passou ao próximo item de pauta, conforme previamente
337 conversado na reunião anterior, para se discutir a volta das reuniões ao presencial ou a manutenção
338 das reuniões por videoconferência. A conselheira Maria de Lourdes, IGAM, pediu a palavra, iniciando
339 sua fala afirmando ser uma defensora do modelo por videoconferência, que o sistema on-line otimiza
340 o tempo e devido a demanda, por atender vários comitês, que as reuniões on-line otimizam muito o
341 tempo e que crê não haver prejuízo algum, que as coisas estão sendo resolvidas por meio da reunião
342 on-line. A conselheira declarou que concorda, que as reuniões presenciais são boas, que as pessoas
343 se encontram, conversam, se reencontram, mas que as reuniões de forma on-line otimizam o tempo,
344 não se perde tempo em deslocamento. Sugerindo, havendo necessidade, se marcar uma reunião ou
345 duas de forma presencial, por achar não haver necessidade na mudança. O secretário, Heleno Maia,
346 pediu a palavra e manifestou sua opinião dizendo que, ao contrário, acredita que as reuniões
347 presenciais são melhores, até mesmo na forma de deliberação dos assuntos. Por meio do chat, o
348 conselheiro Vanildo, se manifestou favorável a reunião on-line, a conselheira Simone, também se
349 manifestou favorável a reunião on-line. Diante das manifestações o presidente declarou ser melhor
350 colocar as duas opções em votação. Nesse momento o conselheiro Marcelo Alexandre Rodrigues de
351 Matos, do SINDIEXTRA, pediu a palavra. O conselheiro declarou haver a necessidade em se
352 manifestar, diante do fato de ter se manifestado a respeito do tema, na reunião anterior. Declarou que
353 ainda acredita que a reunião presencial é mais proveitosa, porém que a reunião foi bem melhor pela
354 plataforma TEAMS, elogiou a escolha da plataforma para esta reunião, argumentando que sendo
355 escolhida a forma on-line, que já houve uma melhora tendo sido feita a escolha da plataforma. O
356 conselheiro Gabriel Reis pediu a palavra, declarando que a reunião presencial agrega e enriquece a
357 discussão, mas todos têm outras atividades e a reunião on-line otimiza e ajuda nesse sentido.
358 Sugeriu em seguida, caso seja mantido o cronograma das reuniões on-line, que uma ou outra
359 reunião seja de forma presencial. O conselheiro Winston Caetano pediu a palavra e declarando que
360 nas reuniões do São Francisco as reuniões estão sendo feitas de forma híbrida e que está surtindo
361 efeitos, que talvez fosse o ideal esse tipo de reunião. Destacou que, no caso de aprovação do retorno
362 das reuniões presenciais, que haja um apoio do IGAM para algumas prefeituras e sociedade civil, no
363 sentido financeiro, argumentando que à época de sua gestão havia dificuldade as vezes em se ter
364 quórum nas reuniões por este motivo e que todos os custos das reuniões eram efetuados com
365 recursos próprios. A conselheira Maria de Lourdes, apenas para responder ao conselheiro Winston
366 Caetano, acerca das diárias e outros custos, que à época da discussão sobre o tema, o IGAM
367 sempre custeou as diárias, há recursos, o comitê tem direito a utilizar o recurso, só que deverá ser
368 solicitado e com antecedência. Se não for solicitado com antecedência e dentro das normas do
369 estado, o recurso pode não ser liberado. O presidente efetuou a leitura de manifestações no chat da
370 reunião, colocando em votação, se altera as reuniões todas para o presencial ou se mantem as

371 reuniões de forma on-line, mas agendando uma do calendário anual de forma presencial. Colocado
372 em votação, houve vinte votos favoráveis a reunião on-line com uma presencial, quatro votos pela
373 reunião presencial. O presidente colocou em seguida em discussão o próximo ponto de pauta, que se
374 trata de assuntos gerais, questionando os conselheiros, se alguém teria algum assunto a ser
375 apreciado em plenária. O conselheiro Gabriel Reis pediu a palavra, questionando acerca da
376 prorrogação do mandato dos conselheiros, haja visto ter recebido a informação. A conselheira Maria
377 de Lourdes, do IGAM, esclareceu que os mandatos seriam prorrogados até 30 de junho de 2023,
378 devido a uma discussão envolvendo a DN 69, devido a um impecilio juridico na norma. O secretário
379 do comitê, Heleno Maia, pediu a palavra, solicitando que fosse feito registro que a reunião inciou com
380 25 minutos e 53 segundos após o horario da convocação, apenas para ficar registrado e evitar
381 solicitação de anulação da reunião por este motivo. Não havendo mais nenhum assunto, o presidente
382 Ednard encerrou a reunião, agradecendo a todos, destacando ter sido uma reunião muito tranquila e
383 que o comitê precisava de mais reuniões como esta. A ata foi lavrada por mim Judson Wesley Lopes
384 de Carvalho Júnior que após ser enviada para os conselheiros será aprovada na reunião seguinte.
385 Betim, 27 de Abril de 2022.



386
387
388
389
390
391
392
393
394
395 **Heleno Maia Santos Marques do Nascimento**
396 **Secretário**

397
398
399
400
401
402
403 **Ednard Barbosa de Almeida**
404 **Presidente**